

**PARECER JURÍDICO nº 091/2019 - RBF**

Projeto de Lei Complementar nº 22/2019

Autor(a): Executivo Municipal

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – ALTERAÇÃO  
LEI COMPLEMENTAR Nº 255/2017 – EXCLUSÃO DO  
PODER LEGISLATIVO – ADQUAÇÃO LEGISLATIVA –  
COMPETÊNCIA EXCLUSIVA – PROJETO LEGAL E  
CONSTITUCIONAL.**

**1. RELATÓRIO**

---

Trata-se de projeto de lei de autoria do Exmo. Prefeito Municipal, enquanto Chefe do Poder Executivo, que pretende alterar a Lei Complementar nº 255, de 12 de Setembro de 2017 que Regula o Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância no âmbito público do Município de Cordeirópolis e dá outras providências, para excluir do plexo normativo o "Poder Legislativo".

A iniciativa do Exmo. Prefeito foi calcada em requerimento de lavra da Exma. Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Cassia de Moraes, através do Ofício CMCM nº 148/2019, pois seria proposto um normativo legal próprio para a respectiva Casa de Leis, para que não haja conflito e nulidades durante o andamento dos processos administrativos disciplinares.

Foi solicitado a tramitação em regime de urgência.

É o breve intróito. Passo a opinar.



## **2. ANÁLISE JURÍDICA**

---

### **2.1. Da tramitação em regime de urgência**

De início, o artigo 202 da RICMC – Câmara Municipal de Cordeirópolis, garante que, quando solicitado pelo Exmo. Prefeito a tramitação do projeto de lei em regime de urgência - e não de urgência especial, o feito tenha seu trâmite legislativo pelo prazo máximo de 40 (quarenta) dias.

Doutra banda, o artigo 53 da Lei Orgânica do Município prevê que a tramitação de projeto sob o regime de urgência seja de 30 (trinta) dias.

Sendo assim, considerando o conflito existente, e para evitar qualquer nulidade, deverá ser respeitado o prazo mencionado na Carta Maior do Município, ou seja, 30 (trinta) dias.

Assim, deverá atentar os nobres servidores e Edis sobre a solicitação alçada pelo proponente.

### **2.2. Exame de Admissibilidade**

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:



Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;  
(grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

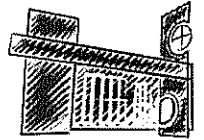
A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo reparo.

### 2.3. Da iniciativa legislativa

Trata-se, portanto, de matéria tipicamente da competência do Município que decorre da sua autonomia administrativa prevista no art. 30, I, da CRFB/88, afeta aos interesses locais da pública administração.

Quanto à propositura cumpre destacar que é bem verdade que o Município tem competência para organizar o seu funcionalismo, bem como para definir o modelo estruturante da administração pública, com vistas na melhor prestação de serviços de sua alçada já que consectário da autonomia administrativa.

2



Bem por isso, por se tratar de assunto afeto diretamente ao Poder Executivo, é que a competência para deflagrar o presente processo legislativo é privativa do Prefeito.

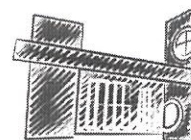
#### **2.4. Da legalidade e adequação do plexo normativo**

A alteração que se pretende é a alteração redacional do artigo 1º e a derrogação do artigo 69-A, ambos da Lei Complementar nº 255, de 12 de Setembro de 2017.

A alteração redacional é para excluir do texto a expressão "Poder Legislativo", enquanto o artigo que se pretende derrogar (art. 69-A) diz respeito ao "Poder Legislativo", ou seja, a pretensão é de que seja excluído *in totum*, o Poder Legislativo do manto normativo.

A razão é simples: a redação do artigo 65 da referida legislação complementar dispõe a forma como será formada a comissão processante/sindicante, sendo 1 (um) membro permanente, com formação em ciências jurídicas, e 2 (dois) membros, convocados dentre os ocupantes de cargo de provimento efetivo, contudo, em razão da estrutura organizacional enxuta, a Câmara Municipal não tem servidores efetivos com formação em ciências jurídicas, o que por si só prejudica a formação da comissão processante/sindicante no âmbito do Poder Legislativo.

Poderia haver outro caminho caso o Poder Executivo pudesse auxiliar o Poder Legislativo é, através de cooperação técnica, nomeasse um membro permanente com formação jurídica – ao menos até o preenchimento da vaga de procurador jurídico da Câmara Municipal de Cordeirópolis – e então estaria sanado o conflito.



Contudo, após o parecer de lavra do E. Procurador Geral do Município que entendeu não ser possível esse auxílio ao Legislativo, o Exmo. Prefeito indeferiu a nomeação do referido servidor, de tal forma que ainda que válida, legal e constitucional a LC nº 255/2017, não teria serventia ao Poder Legislativo, já que poderiam haver nulidades dos procedimentos administrativos disciplinares.

Por essa razão, clamou a DD. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis, para que fosse realizada a alteração pretendida nessa oportunidade de tal forma que novo regramento legal foi proposto com vistas a fomentar a real necessidade e possibilidade do Poder Legislativo, sem que haja qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Portanto a questão é simples e de fácil interpretação e apreciação, sendo o projeto legal e constitucional, já que não afeta em nada o seu núcleo meritório.

### **3. CONCLUSÃO**

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei complementar nº 22/2019, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 25 de Novembro de 2019.

  
**ROBERTO BENETTI FILHO**  
**Diretor Jurídico**